

Ventos de São Mizael Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 com
relatório do auditor independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Mizaél Holding S.A
Maracanaú - CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Mizaél Holding S.A (Companhia) identificadas como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Ventos de São Mizaél Holding S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas respectivas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de

acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 07 de maio de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou

erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Ventos de São Mizaél Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	229.627	6.216	246.125	10.911.549	Fornecedores		-	-	756.234	2.315.221
Aplicação financeira	5	4.075.750	-	11.018.581	-	Dividendos a pagar	11	1.041.324	-	1.041.324	-
Contas a receber de clientes	6	-	-	8.243.136	-	Empréstimos e financiamentos	10	-	-	5.337.113	-
Dividendos a receber	9	1.064.215	-	-	-	Partes relacionadas - fornecedores	16	-	436	39.855	529.841
Impostos a recuperar		1	1	104.577	9.043	Obrigações fiscais		1.500	-	1.474.996	295.170
Adiantamento fornecedor		-	-	4.644	4.642	Obrigações trabalhistas		-	-	34.476	-
Partes relacionadas - outros créditos	16	-	90.280	333.731	125.223	Outras contas a pagar		-	-	51.697	20.305
Despesas antecipadas	7	-	-	206.930	37.733	Obrigações com arrendamentos		-	-	-	54.162
						Total do Passivo Circulante		1.042.824	436	8.735.695	3.214.699
Total do Ativo Circulante		5.369.593	96.497	20.157.724	11.088.190	Empréstimos e financiamentos	10	-	-	173.536.023	50.682.406
Aplicações financeiras Vinculadas	5	-	-	4.950.986	-	Total do Passivo Não circulante		-	-	173.536.023	50.682.406
Despesas antecipadas	7	-	-	623.385	1.866.066	Patrimônio líquido	11				
						Capital social		94.300.000	35.303.584	94.300.000	35.303.584
Realizável a longo prazo		-	-	5.574.371	1.866.066	Reserva legal		356.459	-	356.459	-
Investimento	9	93.381.258	32.517.265	-	-	Reserva de lucros a distribuir		3.123.972	-	3.123.972	-
Imobilizado	8	72.403	82.840	254.126.481	73.445.443	Lucros ou Prejuízos acumulados		-	(2.607.418)	-	(2.607.418)
Intangível		-	-	193.572	193.572						
						Total do Patrimônio líquido		97.780.430	32.696.166	97.780.430	32.696.166
Total do Ativo Não Circulante		93.453.661	32.600.105	254.320.053	73.639.015	Total do Passivo		1.042.824	436	182.271.718	53.897.105
						Total do Passivo e Patrimônio líquido		98.823.254	32.696.602	280.052.148	86.593.271
Total do Ativo		98.823.254	32.696.602	280.052.148	86.593.271						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Mizaél Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	12	-	21.439.254	-
Custo das vendas e revendas	13	-	(3.683.651)	-
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	17.755.603	-
Despesas gerais ou administrativas	14	(80.250)	(1.172.328)	(1.609.148)
Outras receitas e despesas operacionais líquido	-	-	(914)	2.904
Resultado de equivalência patrimonial	9	7.136.385	-	-
Despesas operacionais		7.056.135	(1.173.242)	(1.606.244)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		7.056.135	16.582.361	(1.606.244)
Receitas financeiras	15	75.752	351.614	186
Despesas financeiras	15	(2.715)	(9.007.033)	(10.261)
Despesas e receitas financeiras líquidas		73.037	(8.655.419)	(10.075)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		7.129.172	7.926.942	(1.616.319)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	-	(797.770)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		7.129.172	7.129.172	(1.616.319)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Mizaél Holding S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	<u>7.129.172</u>	<u>(1.616.319)</u>	<u>7.129.172</u>	<u>(1.616.319)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>7.129.172</u>	<u>(1.616.319)</u>	<u>7.129.172</u>	<u>(1.616.319)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Mizaél Holding S.A.

Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020		26.423.714	(3.840.130)	-	-	(991.099)	21.592.485
Capital subscrito		63.716.700	(63.716.700)	-	-	-	-
Capital integralizado		-	12.720.000	-	-	-	12.720.000
Lucro ou (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	(1.616.319)	(1.616.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		90.140.414	(54.836.830)	-	-	(2.607.418)	32.696.166
Saldos em 01 de janeiro de 2021		90.140.414	(54.836.830)	-	-	(2.607.418)	32.696.166
Capital subscrito		4.159.586	(4.159.586)	-	-	-	-
Capital integralizado		-	58.996.416	-	-	-	58.996.416
Lucro ou (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	7.129.172	7.129.172
Destinação do lucro:							
Reserva legal	11	-	-	356.459	-	(356.459)	-
Dividendos obrigatórios	11	-	-	-	-	(1.041.324)	(1.041.324)
Reserva de lucros a distribuir		-	-	-	3.123.972	(3.123.972)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		94.300.000	-	356.459	3.123.972	-	97.780.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Mizaél Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		7.129.172	(1.616.319)	7.129.172	(1.616.319)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	8	10.436	21.309	2.564.534	107.275
Equivalência patrimonial		(7.136.385)	1.546.268	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	-	-	8.087.148	-
Juros sobre arrendamentos		-	-	-	4.975
Resultado da baixa de imobilizado		-	124.716	-	124.716
Rendimento de Aplicação		-	-	(339.390)	-
		3.223	75.974	17.441.464	(1.379.353)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		-	-	(8.243.136)	-
Impostos a recuperar		-	(1)	(95.534)	(9.043)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(2)	(4.618)
Despesas antecipadas		-	-	1.073.484	(1.386.595)
Partes relacionadas - outros créditos		90.280	-	(208.508)	-
Fornecedores		-	-	(1.558.987)	2.315.221
Partes relacionadas - fornecedores		(436)	-	(489.986)	-
Obrigações trabalhistas		-	-	34.476	-
Obrigações fiscais		1.500	-	1.179.826	294.604
Outras contas a pagar		-	-	31.392	-
Obrigações com arrendamentos		-	-	(54.162)	20.305
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		94.567	75.973	9.110.327	(149.479)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		(4.075.750)	-	(15.630.177)	-
Aquisição de investimentos		-	(12.665.500)	-	-
Aquisição de imobilizado	8	1	(34.943)	(183.245.572)	(51.255.784)
Capitalização de imobilizado	10	-	-	5.652.688	-
Aquisição de intangível		-	-	-	(26.680)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(4.075.749)	(12.700.443)	(193.223.061)	(51.282.464)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento/integralização de capital		4.204.593	-	58.996.416	12.720.000
Partes relacionadas		-	(90.367)	-	328.352
Obrigações com arrendamento		-	-	-	(46.151)
Captações de empréstimos e financiamentos	10	-	-	116.830.472	49.331.071
Custo de captação	10	-	12.720.000	(2.379.578)	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiament		4.204.593	12.629.633	173.447.310	62.333.272
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		223.411	5.163	(10.665.424)	10.901.329
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	6.216	1.053	10.911.549	10.220
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	229.627	6.216	246.125	10.911.549
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		223.411	5.163	(10.665.424)	10.901.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Mizaél Holding S.A, denominada “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, 10800, sala 245 – Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 06 de fevereiro de 2019 por meio do aporte de capital representado pelo ativo líquido da empresa Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A., que passou a ser sua subsidiária integral a partir de então.

A Companhia é a controladora da Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A. (companhia em operação comercial), com endereço situado na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800 , sala 228 – Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23 de janeiro de 2018 e sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL de acordo com a portaria nº 14, de 09 de janeiro de 2019 do Ministério de Minas e Energia (MME). De acordo com o despacho nº 2.888 de 16 de setembro de 2021, iniciou operação comercial a partir de 17 de setembro de 2021 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63 MW, conforme despacho nº 1.651 de 06 de junho de 2019.

A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades (“Sociedade(s) Investida (s)”), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar (“Projetos”).

Sua controlada tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do parque eólico denominado EOL Martina 12; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Martina 12; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Impactos sobre Covid-19 (coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia e sua controlada têm acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia e sua controlada identificaram as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;
- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e

- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia e sua controlada, visto que sua atividade principal é relacionada à geração de energia elétrica e os custos e despesas para continuidade das suas atividades serão mantidos através de suas operações de venda de energia futura, empréstimos e aportes de seus acionistas, adicionalmente a Companhia e sua controlada iniciaram suas operações pós período pandêmico. Também não houve impacto no cronograma de implantação do Empreendimento detido por sua controlada.

A Companhia e sua controlada adotaram rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais, adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia e sua controlada continuarão atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 11 de abril de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidada requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e sua controlada não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

Em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listada a seguir:

Controlada (em fase operacional)	% de participação
Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A.	100%

Controlada

Controlada é a entidade na qual a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados. Os lucros e prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações com arrendamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia e de sua controlada com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas pela controlada estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia e sua controlada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não constituíram provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e sua controlada nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia e sua controlada considerando a ausência de perspectiva de realização futura motivada pela opção do regime de tributação quando da entrada em operação do Empreendimento. Na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada não possuem diferenças temporárias.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia e sua controlada avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Durante a fase operacional futura, os fluxos de pagamentos previstos contratualmente serão todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não estão contemplados no cálculo, conforme previsto na norma.

2.12 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2020

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e sua controlada não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e de sua controlada de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia e sua controlada não possuem em 31 de dezembro de 2021 e 2020 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada, apresentados na nota 10, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade

	Saldo 31/12/2021	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	11.018.581	Variação do CDI	11.018.581	11.025.495	11.026.878
Efeito no resultado	125.143		125.143	132.057	133.440
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	4.950.986	Rendimentos em FI	4.950.986	4.968.229	4.971.677
Efeito no resultado	138.495		138.495	155.738	159.186
Saldo de empréstimos e financiamentos	(178.891.881)	IPCA	(178.891.881)	(179.908.840)	(180.112.232)
Efeito no resultado	(8.087.148)		(8.087.148)	(9.104.107)	(9.307.499)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	229.627	6.216	246.125	18.458
Aplicações financeiras	-	-	-	10.893.091
Total	<u>229.627</u>	<u>6.216</u>	<u>246.125</u>	<u>10.911.549</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 99,5% do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03 (R2), foram classificadas como equivalentes de caixa

5 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras (a)	4.075.750	-	11.018.581	-
Aplicações financeiras vinculadas (b)	-	-	4.950.986	-
Total	<u>4.075.750</u>	<u>-</u>	<u>15.969.567</u>	<u>-</u>
Ativo circulante	4.075.750	-	11.018.581	-
Ativo não circulante	-	-	4.950.986	-

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas no Banco Santander, ABC Brasil e Alfa e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 85% a 105% do CDI em 31 de dezembro 2021 e estão

disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

- (b) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 30 de dezembro de 2019, onde as liberações foram realizadas a partir de maio de 2021. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 9,96% no ano de 2021.

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Câmara de Comercialização de Energia (a)	1.724.639	-
Tivit Terceirização de Processos Serviços e Tecnologia S.A	1.031.928	-
Vulcabras - CE Calçados e Artigos Esportivos S.A	1.234.842	-
Vulcabras - BA Calçados e Artigos Esportivos S.A	334.214	-
	4.325.623	-

- (a) Refere-se a saldo de exposição positiva nas operações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a administração da Companhia e sua controlada consideram não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e sua controlada não apresentam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021, todo o saldo a receber está a vencer.

7 Despesas antecipadas (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Custos de empréstimos (a)	-	1.563.026
Prêmios de seguro a apropriar	830.315	340.773
	830.315	1.903.799
Ativo circulante	206.930	37.733
Ativo não circulante	623.385	1.866.066

- (a) Conforme item 19 do CPC 08 (R1), os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

8 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do imobilizado

	Taxa Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Licenciamento ambiental	-	-	-	-	1.352.235
Torres anemométricas	10%	269.385	(59.137)	210.248	413.197
Custos e tarifas de leilão	-	-	-	-	13.248
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	24.587.580
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	228.049.038	(2.232.505)	225.816.533	-
Edificações	-	28.351.356	(251.656)	28.099.700	-
Ativo de direito de uso de bens arrendados	-	-	-	-	30.272
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	47.048.911
Total		<u>256.669.779</u>	<u>(2.543.298)</u>	<u>254.126.481</u>	<u>73.445.443</u>

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2021
Licenciamento ambiental	1.352.235	-	(1.352.235)	-	-
Torre anemométrica (i)	413.197	-	(163.922)	(39.027)	210.248
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	(13.248)	-	-
Imobilizado em andamento	24.587.580	35.416.374	(60.003.954)	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	228.049.038	(2.232.505)	225.816.533
Edificações	-	-	28.351.356	(251.656)	28.099.700
Ativo de direito de uso de bens arrendados	30.272	11.074	-	(41.346)	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	47.048.911	147.818.124	(194.867.035)	-	-
Total	<u>73.445.443</u>	<u>183.245.572</u>	<u>-</u>	<u>(2.564.534)</u>	<u>254.126.481</u>

	31/12/2019	Adições	Baixa	Depreciação	31/12/2020
Torres anemométricas (i)	193.922	390.002	(124.716)	(46.011)	413.197
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	-	-	13.248
Licenciamento ambiental	207.764	1.144.471	-	-	1.352.235
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	20.340.668	26.708.243	-	-	47.048.911
Imobilizado em andamento	223.177	24.364.403	-	-	24.587.580
Ativo direito de uso	84.033	7.503	-	(61.264)	30.272
Total	<u>21.062.812</u>	<u>52.614.622</u>	<u>(124.716)</u>	<u>(107.275)</u>	<u>73.445.443</u>

- (i) Referem-se à compra de torres anemométricas para estudos e medições da energia eólica e que se encontram em uso. A taxa de depreciação anual utilizada é de 10%.

9 Investimentos (Controladora)

A Companhia possui investimento societário em empresa eólica, conforme a seguir:

<i>100% de participação</i>	31/12/2021	31/12/2020
Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A	<u>93.381.258</u>	<u>32.517.265</u>
Total	<u>93.381.258</u>	<u>32.517.265</u>

Movimentação dos investimentos

	2021	2020
Sado em 1º de janeiro	32.517.265	21.398.033
Aumento de capital	54.791.823	12.665.500
Equivalência patrimonial	7.136.385	(1.546.268)
Dividendos a receber	(1.064.215)	-
Total	<u>93.381.258</u>	<u>32.517.265</u>

Saldos da controlada

<i>Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A</i>	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	275.674.368	86.413.934
Passivo	182.293.110	53.896.669
Patrimônio líquido	93.381.258	32.517.265
Resultado do exercício	<u>7.136.385</u>	<u>(1.546.268)</u>

10 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Martina 12 no valor de R\$ 166.830.472 a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária derivado do IPCA, acrescido de taxa de juros básicos fixos de 1,15422% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O período total de pagamento é de 162 meses com carência de 32 meses. Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco do Nordeste, e a garantia do mesmo se dá por meio de fiança bancária que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estipuladas no contrato.

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Nordeste do Brasil S.A	FNE	178.873.136	50.682.406

b. Movimentação da conta

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 31 de dezembro	50.682.406	-
Captações	116.830.472	50.000.000
Juros incorridos	8.087.148	1.351.335
Capitalização de imobilizado	5.652.688	-
Custo de captação	<u>(2.379.578)</u>	<u>(668.929)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>178.873.136</u>	<u>50.682.406</u>
Circulante	5.337.113	-
Não circulante	173.536,023	50.682.406

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

	<u>31/12/2021</u>	
Vencimento	Valor	%
2023	10.516.645	6%
2024	11.146.891	6%
2025	11.775.845	7%
2026	12.901.532	7%
2027	13.098.157	8%
2028	13.937.724	8%
2029	14.716.556	9%
2030	14.341.656	8%
2031	15.085.225	9%
2032	12.779.000	7%
2033	13.166.837	8%
2034	13.627.859	8%
2035	14.471.982	8%
2036	1.970.114	1%
Total	<u>173.536.023</u>	<u>100%</u>

11 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 94.300.000 (R\$ 35.303.584 em 2020) e está representado por 943.000 ações ordinárias Classe A, 46.207.000 ações ordinárias Classe B e 47.150.000 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Descrição	Valor do Capital Social	Quantidade de Ações			
		Ações Ordinárias	Ações Ordinárias Classe A	Ações Ordinárias Classe B	Ações Preferenciais
Em 31/12/2021					
CDV Holding S.A.	R\$ 68.728.064	-	754.400	12.647.319	36.693.067
Ares 1 Participações S.A.	R\$ 18.860.000	-	188.600	-	10.456.933
Vulcabras CE	R\$ 1.712.708	-	-	8.563.543	-
Vulcabras BA	R\$ 1.304.886	-	-	6.524.428	-
Tivit	R\$ 3.694.342	-	-	18.471.710	-
TOTAL	R\$ 94.300.000	-	943.000	46.207.000	47.150.000
Em 31/12/2020					
Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	28.242.867	28.242.867	-	-	-
Ares 1 Participações S.A.	7.060.717	7.060.717	-	-	-
TOTAL	35.303.584	35.303.584	-	-	-

Em assembleia geral extraordinária realizada em 16 de agosto de 2021, os acionistas da Companhia deliberaram pela (i) conversão de 50% das ações ordinárias em ações preferenciais, e, (ii) com relação às ações ordinárias, a criação de duas classes de ações, a serem denominadas “Classe A” e “Classe B”. As Ações Ordinárias Classe A outorgam aos seus titulares o direito de eleger, em conjunto e por voto em separado, a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia, e as Ações Ordinárias Classe B permanecem com as características das ações ordinárias originais, sem vantagens adicionais.

As Ações Preferenciais da Companhia têm as seguintes características: (a) não terão direito a voto, tampouco dividendos fixos ou mínimos (salvo o mínimo obrigatório previsto em lei) ou prioridade no recebimento de dividendos, porém terão como preferências e vantagens (a.1) cada ação preferencial terá direito ao recebimento de dividendos em montante equivalente a 9 (nove) vezes o valor pago a cada ação ordinária; e (a.2) na hipótese de reembolso de capital pela Companhia a seus acionistas, inclusive, em caso de reembolso, resgate, amortização ou redução de capital social, terão prioridade em montante equivalente a 9 (nove) vezes o valor do reembolso de capital pago a cada ação ordinária.

No exercício de 2021, o acionista Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia transferiu 100% de sua participação nas ações ordinárias classe B, sendo parte para TIVIT, Vulcabras – CE, Vulcabras – BA e CDV Holding S.A.

Ainda no exercício de 2021, o acionista Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia transferiu 100% de sua participação nas ações ordinárias classe A e preferenciais para CDV Holding S.A.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, está apresentada a seguir.

Descrição	Ações Ordinárias Classe A	Ações Ordinárias Classe B	Ações Preferenciais	% Participação econômica
CDV Holding S.A.	754.400	12.647.319	36.693.067	72,882%
Ares 1 Participações S.A.	188.600	-	10.456.933	20,000%
Vulcabras CE	-	8.563.543	-	1,816%
Vulcabras BA	-	6.524.428	-	1,384%
Tivit	-	18.471.710	-	3,918%
TOTAL	943.000	46.207.000	47.150.000	100%

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 16 de agosto de 2021, foi subscrito capital no montante de R\$ 4.159.586, sem integralizado capital nesta data.

No exercício de 2021, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 58.996.416 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Este valor para o exercício de 2021 é de R\$ 1.041.324.

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor da reserva legal referente ao exercício de 2021 é de R\$ 356.459, não houve consituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2020.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2021 foi consituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 3.123.972. Não houve constituição em 31 de dezembro de 2020.

12 Receita Operacional Líquida (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica de curto prazo – geração própria	22.251.431	-
PIS	(144.634)	-
Cofins	(667.543)	-
Total	21.439.254	-

13 Custos Operacionais (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Mão-de-obra	(165.526)	-
Amortizações e depreciações	(2.525.507)	-
Outros custos	(106.394)	-
Gastos operacionais – geração energia	(441.126)	-
Seguros	(235.351)	-
Gastos com propriedades	(151.171)	-
Serviços – pessoa jurídica	(58.576)	-
	(3.683.651)	-

14 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Taxas e emolumentos		(2.076)		(55.443)
Serviços terceiros	(4.507)	(4.572)	(452.726)	(103.173)
Gastos diversos (viagens, veículos e combustível)	-	-	-	(35.267)
Despesas com seguros		-		(76.130)
Despesas com pessoal		-		(29.261)
Despesas com tributos	(4.909)	-	(6.960)	(4.414)
Despesas com cartório		(2.845)	(116)	(111.179)
Despesas Legais	(56.879)	-	(151.686)	-
Despesas com relações com o mercado	-	-	(1.042)	-
Compartilhamento de despesa (a)	(3.519)	(4.674)	(520.772)	(909.726)
Despesas com publicações		(35.810)	-	(66.360)
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	-	(44.510)
Indenizações de servidão de passagem	-	-	-	(66.410)
Depreciação	(10.436)	(21.309)	(39.027)	(107.275)
	(80.250)	(71.286)	(1.172.328)	(1.609.148)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia e sua controlada mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

15 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações (a)	75.752	2	339.390	186
Juros por inadimplência CCEE	-	-	12.224	-
	75.752	2	351.614	186

Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(2.715)	(1.671)	(40.910)	(5.220)
Juros pagos	-	-	(15.086)	(7)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(8.087.148)	-
Comissões e outras despesas bancárias	-	-	(792.036)	-
Amortização custo de empréstimos pre - operacional	-	-	(67.935)	-
Multas	-	-	(1.747)	(60)
IOF	-	-	-	-
Juros sobre direito de uso	-	-	(2.171)	(4.975)
	<u>(2.715)</u>	<u>(1.671)</u>	<u>(9.007.033)</u>	<u>(10.261)</u>
Total	<u>73.037</u>	<u>(1.669)</u>	<u>(8.655.419)</u>	<u>(10.075)</u>

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a contrução dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.

16 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia e sua controlada, as quais estão descritas abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Partes relacionadas - Outros créditos (b) (c)	-	90.280	333.731	125.223
Passivo				
Partes relacionadas - Fornecedores (a) (b)	-	436	39.855	529.841
Resultado				
Compartilhamento de despesa (a)	3.519	4.674	520.772	909.726

- (a) A Companhia e sua controlada possuem operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. e o pagamento será realizado mediante Nota de Débito.
- (b) A Companhia e sua controlada possuem despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.
- (c) A Companhia e sua controlada possuem contratos de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializados de Energia S.A.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 06 de fevereiro de 2019, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros não derivativos contratados com terceiros discriminam-se como segue:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	229.627	229.627	6.216	6.216	246.125	246.125	10.911.549	10.911.549
Aplicações financeiras	4.075.750	4.075.750	-	-	11.018.581	11.018.581	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	-	4.950.986	4.950.986	-	-
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	4.644	4.644	4.642	4.642
Partes relacionadas (ativo)	-	-	90.280	90.280	333.731	333.731	125.223	125.223
Fornecedores	-	-	-	-	(756.234)	(756.234)	(2.315.221)	(2.315.221)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(178.873.136)	(178.873.136)	(50.682.406)	(50.682.406)
Partes relacionadas (passivo)	-	-	(436)	(436)	(39.855)	(39.855)	(529.841)	(529.841)
Otras contas a pagar	-	-	-	-	(51.697)	(51.697)	(20.305)	(20.305)
Total	4.305.377	4.305.377	96.060	96.060	(159.249.340)	(159.249.340)	(42.506.359)	(42.506.359)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia e sua controlada não apresentam instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

18 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
IR/CS corrente	<u>(797.770)</u>	-

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	22.251.431	-
Alíquota de presunção	8%	8%
Lucro presumido	1.780.114	-
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais (a)	<u>310.566</u>	-
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(522.670)	-
CSLL/alíquota de presunção	12%	12%
CSLL/Lucro presumido	2.670.172	-
Outras receitas não operacionais (a)	<u>386.492</u>	-
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(275.100)	-

(a) Trata-se de receitas financeiras e ganho de capital

Em 2020 a controlada era optante pelo regime tributário do lucro real anual e apurou prejuízo. As diferenças de bases da receita financeira são decorrentes do descritivo da nota 14.a.

19 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.